

Iniciativas da Secretaria Nacional do Consumidor para o setor de combustíveis

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa
do Consumidor – 28/6/2021

SENACON

- Órgão responsável por **coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo**, que tem entre seus objetivos:
 - garantir a proteção e o exercício dos direitos dos consumidores;
 - promover a harmonização nas relações de consumo.

Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

- O SNDC é composto por **órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais** e as **entidades privadas de defesa do consumidor**.
 - Procons, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Entidades Cíveis de Defesa dos Consumidores.
- **Senacon** é a responsável por **coordenar o SNDC** para implementação efetiva da Política Nacional das Relações de Consumo.
 - Não há hierarquia entre os integrantes do SNDC.
 - Para fins de coordenação, Senacon emite notas técnicas e pareceres.

Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC)

- **Recriado** por meio do Decreto n.º 10.417, de 7 de julho de 2020.
- **Espaço institucional** para o **diálogo interdisciplinar** entre os **diversos atores públicos e privados**, envolvidos com a temática da defesa dos consumidores.
 - órgãos públicos estratégicos;
 - agências reguladoras;
 - membros do SNDC;
 - representantes de fornecedores.

Transparência nos preços

Decreto n.º 10.634, 2021

- Quanto à **publicidade dos preços de combustíveis**, identificou-se ausência de regras sobre as situações em que o consumidor utiliza **aplicativos de fidelização** com vistas a obter descontos e outros benefícios (*cashback*, por exemplo).
 - A **publicidade** dos benefícios vinculados ao uso desses aplicativos vinha **causando confusão** e **induzido diversos consumidores a erro**.

Transparência nos preços

- Foi editado o **Decreto n.º 10.634, de 22 de fevereiro de 2021**, sobre o direito de os consumidores receberem **informações corretas, claras, precisas, ostensivas e legíveis sobre os preços dos combustíveis** em território nacional.
- Tais informações dizem respeito à transparência referente à publicidade dos
 - i. descontos e demais benefícios conferidos a usuários de **aplicativos de fidelização**; e
 - ii. **tributos** que incidem sobre o preço.

Antes do Decreto



Modelo de placa – aplicativos



Transparência nos preços

Decreto n.º 10.634, 2021

- Quanto às informações sobre os **tributos** que incidem sobre o preço, o artigo 4º do Decreto nº 8.264, de 5 de junho de 2014, trata da possibilidade de se disponibilizar, em painel, **informações sobre valor aproximado dos tributos que influenciam na formação dos preços** de mercadorias e serviços.
 - Com a vigência do Decreto n.º 10.134, de 2021, esse painel passe a ser obrigatório em todos os postos de combustíveis do Brasil.

Painel de tributos

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS (VALORES POR LITRO)		
DECRETO Nº 10.634 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021	GASOLINA	ETANOL
PREÇO MÉDIO PMPF *	R\$ 5,6120	R\$ 4,2610
CUSTO PETROBRAS/USINAS ***	R\$ 2,9245	R\$ 2,6106
ICMS ESTADUAL 28%	R\$ 1,5783	R\$ 1,1931
CIDE	R\$ 0,0730	R\$ 0,0008
PIS	R\$ 0,1093	R\$ 0,0432
COFINS	R\$ 0,5046	R\$ 0,1986
FRETE(TRANSPORTE)**	R\$ 0,0238	R\$ 0,0728

Custo final sem ganhos da Distribuidora e da Revenda

*PMPF: Preço Médio Petrobras. **Frete: 10% gasolina e 1,27% etanol. ***Custo: 10% gasolina e 1,27% etanol.

Implementação do Decreto n.º 10.634, 2021

- Com vistas a facilitar e acompanhar a implementação do Decreto n.º 10.634, de 2021, a SENACON, em articulação com o MME e a ANP:
 - **Elaborou documentos informativos** (Notas, guia de perguntas e respostas, *banners*, modelos de placas e painéis) e os **circulou aos atores envolvidos** com a implementação (membros do SNDC, agentes econômicos);
 - Realizou ***workshops*** e participou de outros eventos;
 - Participou de **dezenas de reuniões**;
 - Está em negociações avançadas com **MME e ANP** para celebrar **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)**;
 - Orienta e acompanha as atividades de fiscalização dos Procons;

Monitoramento de mercado: Aplicativos de fidelização

SENACON **notificou as principais distribuidoras** de combustíveis automotivos, para solicitar esclarecimentos sobre:

- (i) a utilização de **aplicativos** de *smartphone* para concessão de descontos e outros benefícios aos consumidores;
- (ii) os **dados dos consumidores** capturados pelo aplicativo;
- (iii) a garantia de **qualidade dos combustíveis**; e
- (iv) a **composição de preço dos combustíveis**.

As respostas estão em análise na área técnica, para elaboração de Nota com recomendações de medidas para o enfrentamento dos problemas identificados.

Busca-se (a) maior transparência; e (b) maior previsibilidade.

Preços de combustíveis

- Desde 2002, vigora no Brasil o **regime de liberdade de preços** em todos os elos da cadeia de combustíveis e derivados de petróleo: produção, distribuição e revenda.
- **Não há tabelamento nem fixação de valores máximos e mínimos**, ou qualquer exigência de autorização oficial prévia para reajustes.
- Os preços são estabelecidos pelos agentes econômicos em função de **diversos fatores**, tais como:
 - custos de aquisição do produto;
 - margem líquida de remuneração;
 - despesas operacionais (salários e encargos sociais, aluguel das instalações, frete, etc.);
 - tributos incidentes;
 - estrutura do mercado

Preços de combustíveis

- Identifica-se **assimetria na transmissão de preços (ATP)** ao longo da cadeia produtiva, entendida como uma divergência de ajustamento dos preços de um mercado.
 - Aumentos de preços costumam ser transmitidos com maior rapidez ao longo da cadeia do que reduções de preços.
 - Do ponto de vista da teoria econômica, há muitos estudos sobre ATP, que apontam para uma variedade de razões que podem explicar o fenômeno.
 - Os estudos empíricos indicam que é possível a ocorrência de ATP, positiva ou negativa, em mercados mais ou menos concentrados.
 - Fenômeno comum nos mais diversos mercados, não necessariamente vinculado a práticas anticompetitivas.

Estrutura do mercado

O fornecimento primário de combustíveis no Brasil ocorre, majoritariamente, por meio de seu **parque de refino**, sendo complementado por importações.

Refino

- 17 refinarias (apenas 4 não pertencem à Petrobras)

Armazenamento

- Transpetro (subsidiária da Petrobras) responde por mais de 75% da capacidade total de armazenamento nos terminais brasileiros; e por quase 60% da capacidade de armazenamento de derivados de petróleo (exceto GLP) e biocombustíveis.

Estrutura do mercado

Distribuição

- 156 empresas distribuidoras de combustíveis líquidos autorizadas.
- As três principais empresas, BR Distribuidora, Ipiranga e Raízen, respondem por cerca de 60% e 70% dos mercados de gasolina C e óleo diesel B, respectivamente.

Revenda

- Mais de 40.000 postos revendedores de combustíveis líquidos automotivos, sendo esses os responsáveis pela comercialização dos produtos ao consumidor final.
- Os postos revendedores podem optar por exibir ou não a marca comercial da distribuidora.
 - Se a escolha for exibir a marca comercial do distribuidor, este deverá adquirir, armazenar e comercializar somente combustível automotivo fornecido por este distribuidor.

Regulação: medidas para fomentar a concorrência

- Na Nota Técnica n.º 25/2019/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ, a SENACON aborda o **fim da tutela regulatória da fidelidade à bandeira** e conclui que tal aprimoramento regulatório *"tem a potencialidade de aprimorar as relações comerciais entre distribuidores e revendedores de combustíveis, com impactos prováveis no aprimoramento da gestão dos contratos firmados ente eles e surgimento de incentivos à busca por **eficiência econômica** e por **maior concorrência** no setor"*.
- Em outra frente, a SENACON entende que a **venda direta** de combustíveis também pode contribuir para fomentar a concorrência no setor.

Muito obrigado!